Taxas e licenças	Valor em 2004 (euros)	Valor em 2005 (euros) 2,30%	Valor em 2006 (euros) 2,20%	Proposta (euros)	Aumento (percentagem)
Artigo 39.º					
Taxas devidas nos termos do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 28 de Março					
a) Pelo depósito de um exemplar da ficha técnica da habitação de cada prédio ou fracção	15	15,35	15,68	17,50	14,04
b) Pela emissão de segunda via	10	10,23	10,46	12,50	22,19
CAPÍTULO XX					
Novas competências da autarquia — Taxas					
.....					
Artigo 40.º					
Taxa devida pela emissão de pareceres e afins de diversas entidades					
Taxa devida pela emissão de pareceres e afins de diversas entidades, sobre o valor cobrado	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso n.º 1365/2006 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi afixada a lista de antiguidade do pessoal da Câmara Municipal referida até ao ano de 2005.

O prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, em conformidade com o disposto no artigo 96.º do referido diploma.

31 de Março de 2006. — O Vereador do Pelouro de Administração e Finanças, *Celestino Augusto Soares Portela*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Rectificação n.º 144/2006 — AP. — No apêndice n.º 134 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 265, de 11 de Novembro de 2004, a p. 71, foi publicado com inexactidão o artigo 156.º do Regulamento de Vendas dos Lotes do Loteamento da Azinheira.

Assim, onde se lê «Com a entrada em vigor do presente Regulamento ficam revogados: o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a parte aplicável da tabela de taxas e licenças e o mais das posturas e regulamentos municipais, e deliberações ou normas internas que sobre a matéria disponham em sentido diferente» deve ler-se «Com a entrada em vigor do presente Regulamento ficam revogados: o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e o mais das posturas e regulamentos municipais, e deliberações ou normas internas que sobre a matéria disponham em sentido diferente.»

5 de Abril de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Guedes Ribeiro*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

Rectificação n.º 145/2006 — AP. — Informa-se que, no apêndice n.º 22 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 7 de Março de 2006 (aviso n.º 553/2006 — AP), foi publicada a lista das adjudicações efectuadas no ano de 2005, e, por erro material de escrita, no título onde se lê «Lista das adjudicações efectuadas durante o ano de 2004» deve ler-se «Lista das adjudicações efectuadas durante o ano de 2005».

20 de Abril de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo José Monteiro da Costa*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SERNANCELHE

Aviso n.º 1366/2006 (2.ª série) — AP. — José Mário de Almeida Cardoso, presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, torna público, para efeitos de apreciação pública pelo prazo de 30 dias, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que a Câmara Municipal de Sernancelhe aprovou na reunião ordinária realizada no dia 18 de Abril de 2006 o regulamento de alteração ao Regulamento de Edificação e Urbanização e Taxas, publicado no apêndice n.º 75 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 7 de Junho de 2004.

A seguir se publica o regulamento de alteração e se republica o Regulamento integral e quadros anexos.

21 de Abril de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Mário de Almeida Cardoso*.

Regulamento de Edificação e Urbanização e Taxas

(alterações)

O Regulamento de Edificação e Urbanização e Taxas (REUT) para o município de Sernancelhe foi aprovado pela Assembleia Municipal em 30 de Abril de 2004.

Ao longo dos quase dois anos de vigência do REUT, houve oportunidade de constatar a existência de determinadas lacunas, as quais importa resolver. Tais lacunas dizem respeito quer à omissão de determinadas situações, quer à correcção de algumas disposições nele contidas, quer ainda à adequação ao disposto no Regime Jurídico do Licenciamento de Operações de Loteamento, Obras de Urbanização e Edificações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela legislação subsequente.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, do determinado no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, do consignado na Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, e do estabelecido nos artigos 53.º e 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal aprova e submete à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes alterações ao Regulamento de Edificação e Urbanização e Taxas:

Artigo 1.º

O artigo 37.º do Regulamento de Edificação e Urbanização e Taxas (REUT), é corrigido, passando a ter a seguinte redacção:

«Artigo 37.º

[...]

e) *K*4 — coeficiente que traduz a influência do programa plurianual de actividades e das áreas correspondentes aos solos urbanizados ou cuja urbanização seja possível programar e que toma o valor de:

$$K4 = (PP * \Omega 2) / (10 * \Omega 1)$$

em que:

$\Omega 1$ — área total do município (hectares) classificada como urbana ou urbanizável, de acordo com o PDM;

$\Omega 2$ — área total do terreno (hectares) objecto da operação urbanística;»

Artigo 2.º

São acrescentados ao REUT os artigos 38.º-A e 38.º-B:

«Artigo 38.º-A

Taxa devida nas edificações inseridas em zona não urbanizável

A taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas é fixada para cada unidade territorial em função do custo